

**ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-PR**Lei nº 5.571, de 23 de julho de 2010
Secretaria Municipal de Comunicação Social**ATOS DO PODER EXECUTIVO****RESOLUÇÃO Nº64/2024-PGM****Súmula:** Aprova a Minuta Padronizada de Edital de Pregão

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:**Art. 1º.** Aprovar a Minuta Padronizada de Edital de Pregão.**Art. 2º.** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**PUBLIQUE-SE.**

Cascavel, 28 de fevereiro de 2024.

Edson Zorek
Procurador-Geral do MunicípioEDSON
ZOREK:02756516902Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.03.01 10:20:12 -03'00'

PREGÃO ELETRÔNICO

90039/2026

CONTRATANTE (UASG)

MUNICÍPIO DE CASCADEL (987493)

OBJETO

Fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento, com comodato de 03 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio Gasoso, backup e interligação das Centrais de Oxigênio

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 736.920,00 (setecentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 29/05/2026 às 9h (horário de Brasília)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] / [global]

MODO DE DISPUTA:

[aberto]

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

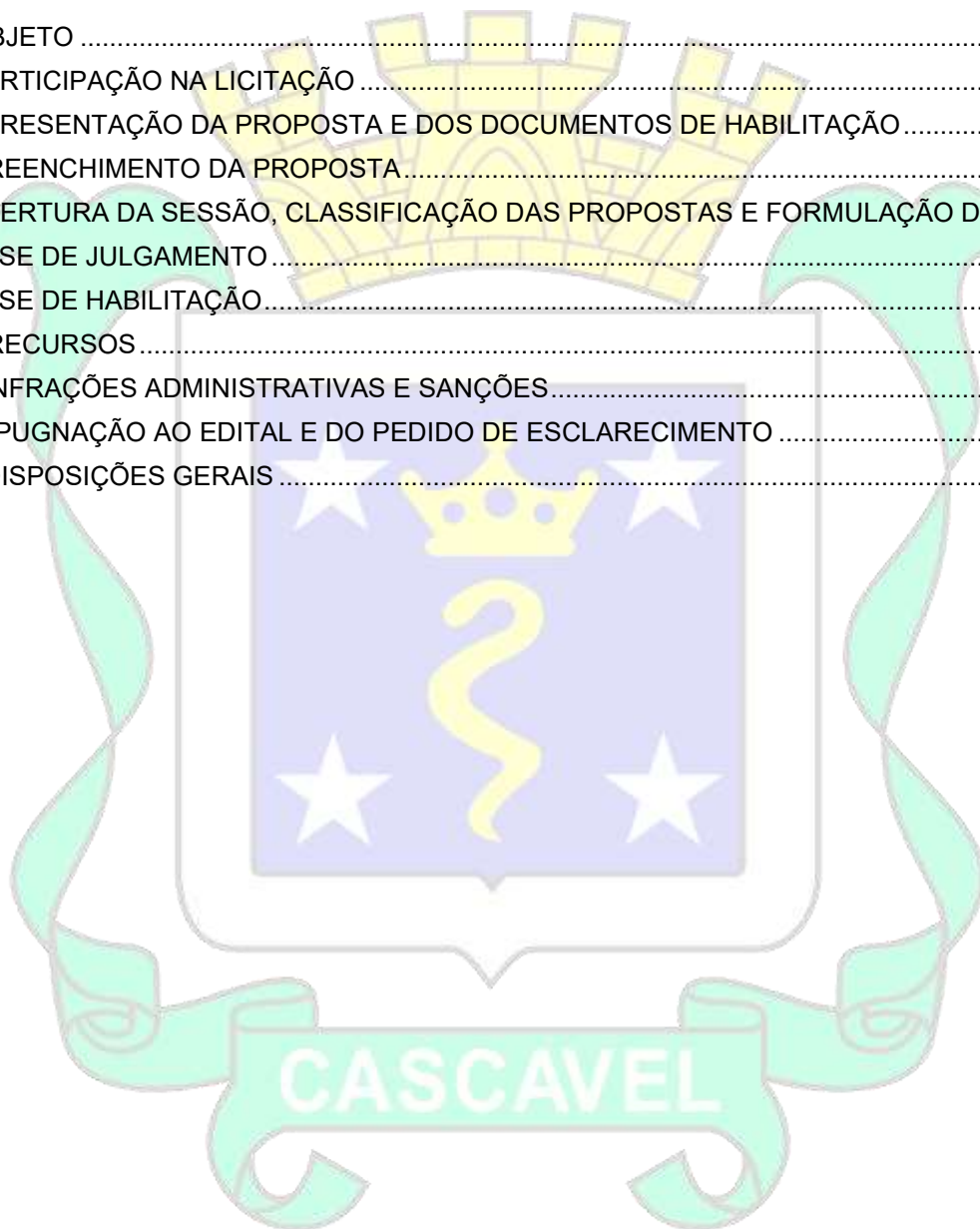
SIM

PREGOEIRO

CLEVERSON MACHADO BONFIM, DESIGNADO ATRAVÉS DO
DECRETO Nº 20.381/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS	21
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25



MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DE CASCATEL/PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90039/2026

(Processo Administrativo nº 41232/2026)

Torna-se público que Município de Cascavel, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 76.208.867/0001-07, com sede no Centro Administrativo Municipal José Silvério de Oliveira, sito à Rua Paraná, nº 5.000, Centro, Cascavel-PR, por intermédio da Divisão de Licitações do Departamento de Gestão de Aquisições Públicas - Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **Fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento, com comodato de 03 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio Gasoso, backup e interligação das Centrais de Oxigênio**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema da sessão pública e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as contidas no EDITAL.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formados por 2 itens, conforme tabela constante no Anexo 1 – Relação de Itens, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será observado:
- a. A contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo a empresa em sua proposta final apresentar o valor igual para as cotas;
 - b. Verificado a divergência entre valores e superado o disposto no item 6.12, será a empresa desclassificada na cota de maior valor unitário.
- 2.7. Observado o disposto no §1º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021 será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 2.8. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.8.8. agente público do órgão licitante;
- 2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão licitante.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.15. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.16.1 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. valor unitário e total do item (Respeitado o limite de DUAS CASAS DECIMAIS para os centavos);
- 4.1.2. Fabricante;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência das contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no termo de referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou do Tribunal de Contas da União (quando forem utilizados recursos da União oriundos de transferências voluntárias) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21.3. Caso o empate persista, poderá, o agente de contratação/pregoeiro, proceder a realização de sorteio em sessão pública, assegurado a todos os interessados o direito ao acompanhamento desta.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro de Impedidos de Licitar, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.

MUNICÍPIO DE CASCATEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da proposta/planilha/documentos complementares não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta/planilha/documentos complementares poderá(ão) ser ajustada(s) pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos;
- 6.12.2. O Agente de Contratação/Pregoeiro oportunizará até 3 (três) vezes a possibilidade de correção sendo que, não sanados os erros dentro das oportunidades, será desclassificada a empresa.
- 6.12.3. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais. Quando for o caso, o percentual de acréscimo a ser exigido será determinado em documento anexo a este edital, denominado “Qualificação econômico-financeira”.

7.4.2. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, além dos contratos sociais e da documentação referente à habilitação fiscal, social e trabalhista de todas as consorciadas, deverá ainda ser apresentado, junto aos documentos de habilitação, o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, nos termos do inciso I do art. 15, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4.2.1. Caso o consórcio sagre-se vencedor, deverá apresentar a constituição registrada no prazo de 10 (dez) dias úteis após o encerramento da sessão, prorrogável por igual período mediante solicitação justificada.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com as Coordenadoras responsáveis de cada UPA, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

MUNICÍPIO DE CASCVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, desde que necessária para apurar condição atendida anterior à época da abertura do certame; e
- 7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15.3. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro em decisão fundamentada.
- 7.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.
- 7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21. Documentos com prazo limite para consulta de autenticidade terão sua validade determinada como o período disponível para consulta.

7.21.1. Documentos sem prazo expresso de validade e/ou consulta de autenticidade serão considerados válidos pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da sua respectiva data de emissão, exceto se anexada legislação específica indicativa de prazo distinto.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://cascavel.atende.net>.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

12.1.1 Por parte do licitante:

- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - f) Não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2. Por parte do contratado:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Poderão ser aplicadas aos que incorrerem nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa: de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, ou da parcela inadimplida, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

9.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação.

9.4. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

MUNICÍPIO DE CASCADEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

9.5. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6. As sanções previstas ao Contratado PODERÃO ser aplicadas também ao detentor de Ata de Registro de Preços, no que couber;

9.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Licitante/Contratado, observando-se o procedimento previsto no Decreto Municipal n.º 17.664/2023.

9.8. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (<https://cascavel.atende.net>) e no sítio de realização da licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

- E-mail: pregao@cascavel.pr.gov.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://cascavel.atende.net>.
- 11.11. O download do aplicativo do Compras.gov poderá ser realizado acessando o endereço informado na folha inicial.
- 11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 11.12.1. ANEXO I – Relação de Itens;
 - 11.12.2. ANEXO II – Termo de Referência e Documento Complementar;

MUNICÍPIO DE CASCABEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES PÚBLICAS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

- 11.12.1 Apêndice do Anexo II – Tabela de Custos RC 1981/2026;
- 11.12.2 ANEXO III – Declaração de Interesse
- 11.12.3 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
- 11.12.3 ANEXO V - Estudo Técnico Preliminar;
- 11.12.4 ANEXO VI - Mapa Comparativo de Preços;
- 11.12.5 ANEXO VII - Portaria de Fiscalização.

Cascavel, 13 de maio de 2026



ALI HASSAN HAIDAR
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS

ITENS PARA PARTICIPAÇÃO DE AMPLA CONCORRENCIA

LOTE 1					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	PREÇO MÁXIMO UNIT. (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	140000,00	M³	FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL PARA AS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S), INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS E INTERLIGAÇÃO DAS CENTRAIS DE OXIGÊNIO.	3,69	516.600,00
2	7200,00	M³	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL EM CILINDROS DE 6 - 10 M³ - COM COMODATO DE CILINDROS. PARA USO EXCLUSIVO DURANTE A TRANSIÇÃO CONTRATUAL.	30,60	220.320,00
Valor total do lote 1: R\$ 736.920,00 (setecentos e trinta e seis mil e novecentos e vinte reais)					
Valor Total Geral: R\$ 736.920,00 (setecentos e trinta e seis mil e novecentos e vinte reais)					

DA NÃO EXCLUSIVIDADE E ABERTURA DE COTAS PARA ME/EPP/COOP, a justificativa está disposta no item 2.2 do Estudo Técnico Preliminar e 1.6 do Termo de Referência.

MUNICÍPIO DE CASCADEL/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
(Processo Administrativo nº 41232/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação de empresa especializada para fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento-UPAS com comodato de 3 tanques criogênicos, centrais de oxigênio gasoso backup e interligação das centrais de oxigênio, nos termos da requisição anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a necessidade permanente em manter o serviço, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;
- 1.3.2 Os serviços enquadram-se na categoria de continuados, tendo em vista que são requisitados cotidianamente para o andamento das atividades da entidade, com a administração já ciente de antemão da sua necessidade ano após ano, sob pena de comprometer significativamente as funções da Secretaria. Restam demonstradas, portanto, as características de essencialidade e habitualidade que caracterizam sua perenidade, por esse motivo não será utilizado o Sistema Registro de Preços (SRP).
- 1.4 O quantitativo apresentado trata-se de ESTIMATIVA, não obrigando a Administração Pública à aquisição total.
- 1.4.1 Não foram indicados o quantitativo mínimo a ser adquirido pelo município, considerando que a demanda é variável e imprevisível, pois trata-se de um atendimento de serviços de urgência e emergência. Não é possível prever com exatidão a quantidade necessária, uma vez que a demanda é dinâmica e depende de cada situação no atendimento de urgência e emergência do tipo de medicação a ser

34
1

administrada

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Justificativa para não aplicação de cota para ME/EPP

Considerando que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de oxigênio medicinal, produto classificado como medicamento e sujeito a rigorosas normas sanitárias e técnicas, cuja produção, armazenamento, transporte e distribuição exigem infraestrutura especializada, logística dedicada e atendimento às exigências dos órgãos reguladores, especialmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Considerando que o fornecimento de oxigênio medicinal envolve processos industriais específicos, transporte em caminhões-tanque criogênicos, armazenamento em tanques apropriados e abastecimento contínuo das Unidades de pronto atendimento, demandando elevada capacidade técnica, operacional e logística;

Considerando que, em processos licitatórios anteriores para fornecimento de oxigênio medicinal, verificou-se a predominância de participação de fabricantes e grandes distribuidoras, não sendo identificada a existência mínima de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente capazes de atender às exigências do objeto;

Considerando que a divisão do objeto em cotas ou a aplicação de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte pode comprometer a competitividade do certame, restringindo a participação de fabricantes e distribuidores com maior capacidade técnica e logística, o que poderia resultar em prejuízo à Administração Pública, inclusive com risco de desabastecimento das Unidades de saúde;

A Administração entende que, no presente caso, a adoção de cotas reservadas ou tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajosa, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Dessa forma, aplica-se a exceção prevista no Decreto nº 8.538/2015 e na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente em seu art. 49, inciso III, que estabelece a não aplicação do tratamento

38

diferenciado quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

Adicionalmente, considerando a necessidade de padronização do fornecimento, garantia de continuidade do abastecimento e maior eficiência na gestão contratual, opta-se pela realização do certame em grupo único, evitando a fragmentação do fornecimento e garantindo economia de escala, segurança operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de Intenção/DFD **332/2026**, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a sustentabilidade encontra-se detalhado no estudo técnico preliminar, informamos que não será solicitado documentação para comprovar.

Subcontratação

4.2 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual. Entretanto, será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato de Prestação de Serviços.

Garantia da contratação

- 4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que a exigência poderá acrescentar custos ao valor final previsto, e que sua ausência não implicará em prejuízos ao erário, por se tratar de contratação que o valor efetivamente pago será por m³ devidamente comprovado, avalia-se como dispensável a necessidade de caução ou modalidade similar.

Vistoria

- 4.4 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:30 às 17 horas, podendo ser agendadas com as coordenadoras responsáveis de cada UPA (anexo I).
- 4.4.1 O prazo para vistoria iniciará-se a no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 4.4.2 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.4.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.4.4 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1 Início da execução contratual: 5 dias úteis do recebimento da nota de empenho
- 5.2 Para a execução do serviço a empresa deverá atender as condições estabelecidas abaixo

40

para cumprimento do contrato firmado:

- 5.3 A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, bem como às exigências relativas à localização e às condições do ambiente destinadas à instalação, em conformidade com a Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de 21 de fevereiro de 2002, atualizações e demais normas aplicáveis. Portanto, caberá a empresa contratada fornecer os equipamentos e insumos nas apresentações e especificações estabelecidas no Edital.
- 5.4 A contratada deverá assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento dos produtos.
- 5.5 Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da Contratada, devidamente registrado no CREA.
- 5.6 A contratada deverá fornecer e instalar Tanques Criogênicos, com capacidade mínima de 5.000 m³ e máxima de 7.000 m³ (de acordo com a necessidade de cada local), evaporadores e demais acessórios componentes do sistema, em cada Unidade de Pronto Atendimento – UPAS Brasília, Veneza e Tancredo Neves, conforme relação de endereços contida no Anexo I, totalizando 3 (três) Unidades, sem custos ao contratante;
- 5.7 A contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% por meio de Entregas Automáticas com logística integrada 24 horas atendendo às reais necessidades das Unidades de Pronto Atendimento, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.7.1 A contratada deverá fornecer, a cada reabastecimento do tanque criogênico, o Certificado de Análise do lote do oxigênio medicinal líquido fornecido, emitido pelo fabricante ou fornecedor, comprovando que o produto atende às especificações técnicas e ao grau de pureza mínimo de 99,0%, conforme normas sanitárias e regulamentações aplicáveis.
- 5.8 A contratada será responsável pelo acompanhamento do consumo de oxigênio de cada UPA e identificação do nível ideal de reabastecimento, de forma a não deixar o oxigênio dos tanques criogênicos se esgotarem, utilizando-se de telemetria. Caso ocorra o desabastecimento de Oxigênio em alguma Unidade, a contratante notificará a contratada

41
1.

e aplicará as sanções cabíveis;

- 5.9 A contratada deverá comunicar previamente à unidade solicitante a data e o horário previstos para realização do abastecimento em cada Unidade de Pronto Atendimento – UPA com 48 horas de antecedência.

5.9.1 Especificamente em relação à UPA Brasília, o abastecimento DEVERÁ ocorrer EXCLUSIVAMENTE em dias úteis, considerando a necessidade de acompanhamento da Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania (TRANSITAR), em razão da organização e direcionamento do fluxo da via durante a operação de abastecimento.

- 5.10 O fornecimento dos tanques criogênicos, suas instalações e adequações nas Centrais de Oxigênio Backup das UPAS, será de total responsabilidade da contratada. As infraestruturas instaladas para conectar os tanques criogênicos às Centrais de Oxigênio passarão a pertencer ao contratante, devendo compor os custos da contratada. A instalação requerida deverá ser interligada à rede backup, testada a fim de que previna qualquer eventualidade e liberada para uso.

- 5.11 Os cilindros e conectores deverão ser fixados por suporte e ou cintas devidamente ajustadas e presas à parede, visando preservar a integridade dos cilindros e da operação. No local deverá ser instalada placa de sinalização normativa.

- 5.12 Deverão ser fornecidos treinamentos sobre o sistema operacional observando-se Manual Técnico Operacional e a contratada deve se comprometer a fornecer 2 (duas) vias deste Manual à Administração logo após a instalação e execução do treinamento. O treinamento inicial deverá ser executado em até 7 dias após a conclusão da instalação e início da operação. No local da instalação deverá ser fixada etiqueta ou placa contendo informações referentes aos telefones (fixo, celular e 0800) de modo a facilitar o contato para o pronto atendimento.

- 5.13 A contratada deverá disponibilizar contato telefônico válido e ativo para atendimento em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, destinado ao atendimento de situações emergenciais relacionadas ao fornecimento ou ao sistema de oxigênio.

- 5.14 Cabe a contratada a responsabilidade técnica referente à execução do serviço de

62
1.

instalação, bem como responsabilidade frente ao produto entregue, de forma que atendam todas as regulamentações de segurança e regulamentações vigentes estipuladas pela ANVISA, no que tange à aplicabilidade do produto como medicamento.

- 5.15 Para assegurar a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e evitar qualquer risco de desabastecimento, a transição entre o prestador atual e a futura contratada deverá ocorrer de forma planejada e coordenada.
- 5.16 A CONTRATANTE promoverá o agendamento conjunto entre as partes envolvidas, de modo que a desinstalação do sistema atualmente em uso e a instalação do novo sistema ocorram na mesma data.
- 5.17 Caberá à futura CONTRATADA garantir a continuidade do abastecimento, devendo, para tanto, disponibilizar previamente sistema de suprimento reserva (backup), em quantidade e capacidade suficientes para atender integralmente a demanda das Unidades até a plena entrada em operação do tanque criogênico definitivo.
- 5.17.1 Os cilindros de backup disponibilizados para garantia da continuidade do abastecimento durante o período de transição terão seu consumo remunerado pela CONTRATANTE, conforme item específico deste processo licitatório.
- 5.17.2 O pagamento ocorrerá apenas sobre os volumes efetivamente utilizados durante o período de transição, mediante comprovação de consumo.
- 5.17.3 Na hipótese de a atual prestadora de serviço sagrar-se vencedora do certame, não haverá necessidade de transição, não sendo aplicável, portanto, a utilização e remuneração prevista para os cilindros de backup exclusivos para transição (item 2).
- 5.17.4 Esclarece-se que os cilindros de backup disponibilizados para o período de transição possuem caráter excepcional e não se confundem com o sistema de suprimento reserva (backup) exigido para a execução regular do contrato.
- 5.17.5 O sistema de backup permanente, necessário à garantia da continuidade do fornecimento durante toda a vigência contratual, constitui obrigação da CONTRATADA e deverá estar incluído na proposta comercial, não sendo objeto de pagamento adicional pela CONTRATANTE.

- 5.17.6 Dessa forma, somente os cilindros de backup utilizados exclusivamente no período de transição serão passíveis de remuneração, conforme item específico deste processo licitatório.
- 5.17.7 O quantitativo estimado para utilização de cilindros de backup durante o período de transição foi definido com base no maior consumo diário das unidades, projetado para o período de até 30 (trinta) dias. Caso haja necessidade de utilização de volumes superiores ao estimado, em decorrência de prorrogação do prazo de transição por responsabilidade da CONTRATADA, o ônus referente ao excedente será integralmente suportado pela futura CONTRATADA, não sendo passível de remuneração adicional pela CONTRATANTE.
- 5.18 A eventual interrupção no fornecimento será considerada falha grave na execução contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.
- 5.18.1 Ressalta-se que o fornecimento dos objetos não poderá sofrer qualquer interrupção durante o período de transição. Os tanques criogênicos e os cilindros de backup atualmente instalados somente poderão ser retirados das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) após a efetiva implantação e pleno funcionamento dos novos equipamentos pela CONTRATADA, garantindo-se, assim, a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal, insumo essencial à assistência à saúde, sem qualquer descontinuidade.
- 5.19 A instalação dos 03 (três) tanques, adequações das Centrais Backup e baterias de Cilindros Backup (reserva), evaporadores e demais acessórios deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão do empenho, em local definido pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 5.20 A sequência de instalação nas UPAS será estabelecida em reunião a ser realizada entre o contratante e a contratada (preposto).
- 5.20.1 Se necessário, a empresa vencedora será responsável pela construção da base do tanque, tendo em vista que atualmente já existe uma base para o tanque em uso, sendo que a base será construída em função da capacidade do tanque.
- 5.20.2 A empresa vencedora também será responsável, se necessário, pelas demais construções que visam à regulamentação e adequação do tanque de oxigênio líquido

44
1.

às normas previstas na NBR 12188.

- 5.20.3 Todas as edificações que forem construídas pela empresa vencedora farão parte, definitivamente, do patrimônio da Prefeitura Municipal, não cabendo nenhuma indenização.
- 5.21 O início do fornecimento se dará a partir da instalação, pela CONTRATADA, do primeiro tanque criogênico, bem como da realização das adequações necessárias na Central de Oxigênio de uma das 3 (três) UPAs, observando-se os requisitos técnicos e de segurança aplicáveis, em conformidade com a Resolução RDC nº 50/2002, com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente a ABNT NBR 12188:2016, bem como demais normas pertinentes relativas a gases medicinais e instalações em estabelecimentos assistenciais de saúde, incluindo as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aplicáveis ao tema, tais como a Resolução RDC nº 870/2024 e a Instrução Normativa nº 301/2024, além da Norma Regulamentadora nº 13 e suas atualizações, ou outras que venham a substituí-las.
- 5.22 A contratada deverá assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da realização do objeto desta licitação.
- 5.23 Caberá a contratada a viabilização da instalação completa das centrais, bem como as integrações do tanque criogênico à Central de Oxigênio e a realização das adequações que se fizerem necessárias à nova central, visando garantir o adequado fornecimento do Oxigênio.
- 5.24 A continuidade do contrato se dará por meio de entregas automáticas de oxigênio líquido medicinal, assistida por sistema de monitoramento eletrônico (telemetria) dos níveis dos tanques com logística integrada de 24 horas e serviços de assistência técnica 24 horas.
- 5.24.1 Os serviços serão operacionalizados 24 horas por dia, estando previstos o fornecimento de oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% através de entregas Automáticas com logística integrada 24 horas;
- 5.25 As despesas com as instalações e manutenções, incluindo reparos e fornecimento de todas as quaisquer peças e acessórios caso necessitarem ocorrerão por parte da empresa.

Os produtos deverão ter garantia contra defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercializações instituídas pela ABNT e/ou pelas respectivas Agências/Órgãos Oficiais reguladores e fiscalizadores, bem como suas retiradas após o término do contrato. As retiradas dos tanques não implicarão quaisquer tipos de ônus para o Município de Cascavel.

- 5.26 A contratada deverá responsabilizar-se pelas suas manutenções preventivas e corretivas durante a vigência do Contrato, bem como fornecer as dimensões internas dos tanques e tabela de conversão relacionando a pressão diferencial com volume contido no tanque.

Das manutenções:

- 5.27 Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas da Unidade do tanque de armazenamento, da central de reserva de oxigênio medicinal e das infraestruturas instaladas para conectar os tanques criogênicos às Centrais de Oxigênio devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de oxigênio;

- 5.27.1 **Manutenção preventiva:** Deverá ser realizada a cada 3 (três) meses, em dias úteis e em horário comercial, com emissão de laudo técnico. As manutenções deverão ser previamente programadas em comum acordo, de modo a não interferir no funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento – UPAS.

- 5.27.2 **Manutenção corretiva:** O atendimento aos chamados referentes à necessidade de manutenção técnica corretiva deverá ser realizado no prazo máximo de 3 (três) horas, contadas a partir da comunicação efetuada pelo Contratante, por escrito ou por telefone. Deverão ser registrados o dia, a hora e o nome da pessoa que recebeu a comunicação. O serviço de manutenção corretiva deverá permanecer disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todos os dias da semana, devendo a Contratada, após a realização do atendimento, emitir laudo técnico da manutenção realizada.

- 5.27.3 Na eventualidade de quebra de manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento dos gases medicinais contratados. O fornecimento deverá ter o mesmo valor daquele fixado em contrato, independente da solução adotada pela contratada, sem ônus adicional ao Contratante;

46

- 5.27.4 Durante as manutenções os técnicos da contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da contratada providenciar tais dispositivos;
- 5.27.5 Qualquer procedimento de manutenção do tanque criogênico ou da Central de Reserva (backup) de cilindros não poderá interromper o suprimento de gases das UPAS. Assim sendo, a contratada deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções no fornecimento aos pacientes.
- 5.27.6 A manutenção preventiva definida anteriormente deve consistir de:
- 5.27.6.1 Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, tanques criogênicos, central de suprimento de cilindros e equipamentos/materiais complementares a esses sistemas, inclusive com o fornecimento e troca imediatos das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais ao Contratante;
 - 5.27.6.2 Efetuar a aferição e a calibração de equipamentos tais como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores.
 - 5.27.6.3 Em casos de impossibilidade de reparo dos equipamentos em comodato a Contratada deve efetuar imediatamente a troca do equipamento por outro similar sem nenhum ônus adicional ao Contratante, inclusive quanto às perdas de gases decorrentes da respectiva.
 - 5.27.6.4 A instalação, manutenção preventiva e corretiva relacionada à Central Reserva (Backup) de Cilindros, que garantam o adequado funcionamento desta dentro dos padrões operacionais da empresa, terão todos os custos sob a responsabilidade da contratada.
- 5.27.7 A contratada é responsável pelo transporte de insumos necessários à manutenção até a sede da Unidade para efetiva realização do conserto;

- 5.28 A estimativa de quantidade aplicada ao contrato considera a possibilidade de ampliação dos serviços, bem como aumento significativo da demanda em períodos sazonais ou emergenciais, sendo assim a contratante realizará o pagamento condicionado ao consumo em m³, não sendo obrigatório à contratante efetivar o consumo total do quantitativo previsto no contrato. Destaca-se que os serviços de urgência e emergência

podem passar por ampliação durante a vigência do contrato.

- 5.29 O fornecimento de oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% por tanques criogênicos deverá estar em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes. O sistema deverá ser composto por unidade de suprimento primário (tanque criogênico) e unidade de suprimento reserva (central de cilindros), fornecidas pela contratada, garantindo a continuidade do abastecimento em caso de falha do sistema primário.

5.29.1 O suprimento reserva (bateria de cilindros) deve ser do mesmo fornecedor do suprimento primário.

- 5.30 A contratada deverá responsabilizar-se pela reposição do conteúdo dos cilindros de gases medicinais instalados nas centrais de suprimento reserva e de emergência, visto que, estes gases somente serão utilizados para suprir eventuais falhas de fornecimento nos equipamentos instalados pela contratada, sem ônus adicionais ao contratante;

- 5.31 O suprimento reserva em cilindros, mesmo quando não for utilizado, deve ser submetido a inspeções trimestrais quanto ao conteúdo, pressão, quantidade, data de validade e fixação dos cilindros além das condições de operação e conservação geral.

- 5.32 A contratada deverá fornecer a Secretaria Municipal da Saúde 3 (três) Tanques Criogênicos estacionários e proceder à instalação dos tanques e a interligação com as Centrais Reserva (Backup) de cilindros, garantindo o fornecimento de oxigênio logo após o período de instalação.

- 5.33 Os tanques deverão ser fornecidos com seus respectivos evaporadores e demais acessórios como válvulas, manômetros, dispositivos de controle, etc.

- 5.34 A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos, bem como observar as normas vigentes relativas à localização e às condições do ambiente para instalação de sistemas de gases medicinais, em especial as disposições da RDC nº-50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações, do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como suas atualizações.

- 5.35 Visando atender aos quesitos de segurança, será de responsabilidade da contratada a instalação de telas de proteção, restringindo o acesso aos tanques criogênicos

48

estacionários e estruturas componentes.

- 5.36 A contratada deverá realizar treinamentos complementares sempre que solicitado pela contratante ou quando houver necessidade operacional.
- 5.37 Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da contratada, devidamente registrado no CREA, todos os equipamentos e ferramentas necessários para a instalação dos equipamentos deverão ser fornecidos pela contratada e a instalação deverá ser realizada pela mesma por meio de profissionais técnicos qualificados. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a contratada deverá entregar ao contratante toda documentação técnica e de segurança e fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.
- 5.38 A contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica referente à instalação de cada Tanque Criogênico, bem como assegurar a qualidade do Oxigênio Medicinal fornecendo ao Contratante, sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que demonstrem tal qualidade com emissão de Certificado de Qualidade com assinatura do responsável técnico.
- 5.39 A Secretaria Municipal de Saúde não se responsabilizará por eventuais perdas do produto no decorrer da entrega, isto é, na passagem do Tanque do caminhão para o Tanque estacionário (reservatório), resfriamento do reservatório, etc. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários designados pela Administração das UPAS Veneza, Brasília e Tancredo Neves.
- 5.40 A empresa vencedora deverá comparecer, sempre que solicitada à Sede da Unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações. O pagamento da nota fiscal estará condicionado à apresentação juntamente com a mesma, de ordem de serviços ou documento equivalente emitido pela própria empresa, constando os produtos entregues mencionando o local de entrega.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.41 Conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada será

responsável em disponibilizar os serviços de fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99,0%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento – UPAS com comodato de 3 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio gasoso backup e interligação das centrais de oxigênio. O prazo para início da prestação do serviço será de 15 dias a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.42 A contratada deverá fornecer e instalar Tanques Criogênicos, com capacidade mínima de 5.000 m³ e máxima de 7.000 m³ (de acordo com a necessidade de cada local), evaporadores e demais acessórios componentes do sistema, em cada Unidade de Pronto Atendimento – UPAS Brasília, Veneza e Tancredo Neves, conforme relação de endereços contida no Anexo I, totalizando 3 (três) Unidades, sem custos ao contratante;

5.43 A contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% por meio de Entregas Automáticas com logística integrada 24 horas atendendo às reais necessidades das Unidades de Pronto Atendimento, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

5.43.1 A contratada deverá fornecer, a cada reabastecimento do tanque criogênico, o Certificado de Análise do lote do oxigênio medicinal líquido fornecido, emitido pelo fabricante ou fornecedor, comprovando que o produto atende às especificações técnicas e ao grau de pureza mínimo de 99,0%, conforme normas sanitárias e regulamentações aplicáveis.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.44 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.45 Para assegurar a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e evitar qualquer risco de desabastecimento, a transição entre o prestador atual e a futura contratada deverá ocorrer de forma planejada e coordenada.

5.46 A CONTRATANTE promoverá o agendamento conjunto entre as partes envolvidas, de

modo que a desinstalação do sistema atualmente em uso e a instalação do novo sistema ocorram na mesma data.

5.47 Caberá à futura CONTRATADA garantir a continuidade do abastecimento, devendo, para tanto, disponibilizar previamente sistema de suprimento reserva (backup), em quantidade e capacidade suficientes para atender integralmente a demanda das unidades até a plena entrada em operação do tanque criogênico definitivo.

5.47.1 Os cilindros de backup disponibilizados para garantia da continuidade do abastecimento durante o período de transição terão seu consumo remunerado pela CONTRATANTE, conforme item específico deste processo licitatório.

5.47.2 O pagamento ocorrerá apenas sobre os volumes efetivamente utilizados durante o período de transição, mediante comprovação de consumo.

5.47.3 Na hipótese de a atual prestadora de serviço sagrar-se vencedora do certame, não haverá necessidade de transição, não sendo aplicável, portanto, a utilização e remuneração prevista para os cilindros de backup exclusivos para transição (item 2).

5.47.4 Esclarece-se que os cilindros de backup disponibilizados para o período de transição possuem caráter excepcional e não se confundem com o sistema de suprimento reserva (backup) exigido para a execução regular do contrato.

5.47.5 O sistema de backup permanente, necessário à garantia da continuidade do fornecimento durante toda a vigência contratual, constitui obrigação da CONTRATADA e deverá estar incluído na proposta comercial, não sendo objeto de pagamento adicional pela CONTRATANTE.

5.47.6 Dessa forma, somente os cilindros de backup utilizados exclusivamente no período de transição serão passíveis de remuneração, conforme item específico deste processo licitatório.

5.48 A eventual interrupção no fornecimento será considerada falha grave na execução contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.

5.48.1 Ressalta-se que o fornecimento dos objetos não poderá sofrer qualquer interrupção durante o período de transição. Os tanques criogênicos e os cilindros de backup atualmente instalados somente poderão ser retirados das unidades de saúde

após a efetiva implantação e pleno funcionamento dos novos equipamentos pela CONTRATADA, garantindo-se, assim, a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal, insumo essencial à assistência à saúde, sem qualquer discontinuidade.

- 5.49 A instalação dos 03 (três) tanques, adequações das Centrais Backup e baterias de Cilindros Backup (reserva), evaporadores e demais acessórios deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão do empenho, em local definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, observado o disposto no Decreto Municipal nº 17.872/2023.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à

execução do objeto contratado, cujas atribuições constam descritas no item 5 desse termo de referência.

Fiscalização

- 6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);
- 6.10 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação

da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.16 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.17 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.19 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.20 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com

competência para tal, conforme o caso.

- 6.21 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.22 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento não utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), considerando que a contratação se dará pelo valor do m³.

Do recebimento

- 7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Decreto nº 17.872/2023).
- 7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.6 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal

técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de uma ser feito, com a entrega do último;

7.7.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.7.4 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.9.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico,

administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.9.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.9.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 8 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.14 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a

51
1

possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.19 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto

à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 15 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.24 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme justificativa constante no item 2.3 e seguintes do ETP.

Das propostas

- 8.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, logísticos, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço;
- 8.3 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida;
- 8.3.1 A empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a planilha de custos detalhada juntamente com a proposta sob pena de desclassificação a fim de demonstrar se o preço de venda informado é exequível ou não, entre outras finalidades.
- 8.4 A municipalidade reserva-se o direito a efetuar diligências, questionamentos, entrar em contato para dirimir eventuais dúvidas ou averiguações;
- 8.4.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, conforme jurisprudência já consolidada por não se tratar de uma contratação complexa.

Critérios de desempate nas propostas

- 8.5 Caso ocorra empate nas propostas, conforme Art. 60, inciso II, da Lei 14.133/2021:

Art. 60. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os

seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

Será realizado com base no número de ocorrências registradas no Relatório de Ocorrência Ativas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

Regime de execução

- 8.6 O regime de execução do contrato será a empreitada por PREÇO UNITÁRIO, considerando que a contratação se dará pelo valor pago a contratada por m³ abastecido.

Exigências de habilitação

- 8.7 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.8 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 8.9 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.10 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.11 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.12 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede.

- 8.13 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.14 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.15 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.16 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.17 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.18 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.19 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.20 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de

outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 8.21 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.22 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.23 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.24 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.25 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou/e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.26 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.27 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- 8.28 Certidão negativa de falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
 - 8.28.1 No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada distribuidor;

8.28.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

Qualificação Técnica

8.29 A documentação relativa a comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do licitante consistirá em:

Tratando-se de contratação de serviço que envolve a saúde da população e com a função de aumentar a segurança e a garantia para a administração de que o objeto licitado será executado em sua plenitude, a qualificação técnica assume importância. Diante disso, é através dessa comprovação que se verificam as condições do licitante para executarem as atividades pertinentes ao futuro contrato.

8.29.1 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do município sede da licitante, devidamente atualizada, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação do objeto licitado/cotado; caso o Alvará Sanitário da licitante não apresente o ramo da atividade compatível com o objeto cotado, deverá a licitante apresentar Alvará de localização a fim de comprovar que a mesma está apta/autorizada a comercializar/fabricar o objeto cotado;

8.30 Publicação no Diário Oficial da União da Autorização de Funcionamento da empresa licitante junto ao Ministério da Saúde – ANVISA. Apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para fabricação e/ou envasamento de gases medicinais, e apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para a distribuidora (comércio atacadista) de produtos para saúde. Na hipótese da licitante estar em processo de renovação da autorização é necessário o envio da publicação anterior e o protocolo de solicitação de acordo com a RDC 16/2014 ART. 20º. (Essa RDC é exclusiva para a renovação de AFE de gases medicinais. De acordo com a lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, a AFE de produtos para a saúde não tem mais vencimento). No caso de distribuidora/revendedora de gases medicinais, esta deverá apresentar a documentação do fabricante/envasadora, a qual a mesma representa, bem

como declaração que ateste o fornecimento do produto a distribuidora/revendedora, garantindo assim a qualidade do produto fornecido.

8.31 Em relação à apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e da Licença Sanitária, informamos que tais documentos devem ser exigidos, considerando que o oxigênio medicinal, nas formas líquida ou gasosa, é classificado como medicamento, devendo atender às disposições da legislação sanitária vigente da ANVISA aplicável aos gases medicinais, incluindo as Boas Práticas de Fabricação de medicamentos e normas complementares. Dessa forma, o fabricante deve possuir a AFE e Licença Sanitária vigente. No caso de distribuidora, é obrigatória a apresentação da Licença Sanitária vigente.

8.32 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, qual seja, o fornecimento de oxigênio medicinal líquido, no quantitativo mínimo de 70.000 m³, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

Disposições referentes à participação de cooperativas:

8.33 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.33.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.33.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.33.4 O registro previsto na Lei n° 5.764, de 1971, art. 107;

8.33.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.33.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.33.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 736.920,00 (setecentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais), conforme custos unitários apostos na requisição em anexo.

9.1.1 Em relação ao não preenchimento da tabela de formação de preços com a devida segregação dos valores, esclarece-se que, conforme disposto na Instrução Normativa nº 002/2023, os preços máximos estimados foram definidos com base em valores obtidos por meio de contratos vigentes e banco de preços pertinente ao objeto da contratação.

9.1.2 Dessa forma, considerando que as referências de preços utilizadas não apresentam a decomposição detalhada dos custos por blocos ou itens, torna-se inviável a adequada discriminação das parcelas que compõem o valor global estimado.

9.1.3 Adicionalmente, destaca-se que a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada — como contadores ou economistas — apta a realizar tal detalhamento com a precisão exigida. Ressalta-se ainda que não houve disponibilização de capacitação específica ou normativas complementares que orientem de forma objetiva o correto preenchimento da referida planilha.

9.1.4 Por fim, cumpre informar que a planilha de custos detalhada deverá ser devidamente preenchida pela empresa classificada em primeiro lugar, por ocasião da apresentação

de sua proposta final, conforme prática adotada nos procedimentos licitatórios e em conformidade com a regulamentação aplicável.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.


10.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 08.001.001 - SESAU - Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Fonte de Recursos: Dotação: 276;
- III) Programa de Trabalho: Ação 2034;
- IV) Elemento de Despesa: 3.339.030.040. - Gás e outros materiais engarrafados

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cascavel, 04 de maio de 2026.


Alana Meira Reichert
Emissor
Agente Administrativo
33.953-2


Daiana Cristina Alves
Gerente de Divisão
20.623-1


Al N. Hardar
Secretário de Saúde

ANEXO I

**RELAÇÃO DE UNIDADES/SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE TANQUES CRIOGÊNICOS E
CILINDROS RESERVA (BACKUP)**



ANEXO

(Processo Administrativo n.º 41232/2026)

1. Considerando as opções abaixo, deve ser analisado pela Unidade requisitante e definido uma das duas redações para serem utilizadas:

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.”

- 1.1 Informamos que, na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte ~~PODERÃO~~ se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

2. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Quinta – ‘PREÇO’, a opção por manter ou suprimir a redação abaixo:

“O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.”

- 2.1 Informamos que o contrato deverá ser firmado pelo VALOR ESTIMADO a ser pago à contratada.

3. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Sétima – ‘REAJUSTE’, a indicação do(s) índice(s) de reajuste dos preços inicialmente contratados, após o interregno de um ano;

- 3.1 Informamos que o índice a ser adotado será o **IPCA-IBGE**.

4. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, informamos, quanto à ~~GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL~~ prevista em sua Cláusula Décima, que:

- I. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

5. Considerando a Resolução da Procuradoria Geral do Município de Cascavel/PR, qual exige, em sua Cláusula Décima Segunda a previsão da ~~EXTINÇÃO CONTRATUAL~~, informamos que deverá constar, no instrumento contratual, a seguinte redação:

- 5.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

- 5.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para

sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.1.3 Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6. Por fim, relacionamos abaixo os servidores designados para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17.872/2023 neste processo:

Servidor	Matrícula	Secretaria/Setor	Função
Luciana de Paula Pereira Nicaretta	35.202-1	SESAU	Fiscal do contrato
Larissa Natália Fuga Guerrer	29.250-1	SESAU	Fiscal Setorial UPA VENEZA
Iliane Ramos Siqueira Santana	29.652-1	SESAU	Fiscal Setorial UPA BRASÍLIA
Sandra de Cácia de Oliveira Nachtygal	35.957-1	SESAU	Fiscal Setorial UPA TANCREDO
Silvana Machiavelli	18.589-1	SESAU	Gestor de contrato
Pâmela Cristina de Almeida Cruz	24.787-2	SESAU	Suplente de Gestor

Cascavel, 20 de março de 2026.

Elaborado por:


Alana Meira Reichert
Agente Administrativo

Ciente,


Ali H. Haidar
Secretário de Saúde

Tabela de Custos RC 1981/2026

ITEM	Descrição Produto	Materiais e insumos para serviço	Gastos com Transportes	Mão de Obra	Tributos e Impostos	Custos Fixos	Outros, quais?	Valor total soma dos custos
1	FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL PARA AS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S), INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS E INTERLIGAÇÃO DAS CENTRAIS DE OXIGÊNIO.	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
2	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL EM CILINDROS DE 6 - 10 M ³ - COM COMODATO DE CILINDROS. PARA USO EXCLUSIVO DURANTE A TRANSIÇÃO CONTRATUAL.	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Em relação ao não preenchimento da tabela de formação de preços com a devida segregação dos valores, esclarece-se que, conforme disposto na Instrução Normativa nº 002/2023, os preços máximos estimados foram definidos com base em valores obtidos por meio de contratos vigentes e banco de preços pertinente ao objeto da contratação.

Dessa forma, considerando que as referências de preços utilizadas não apresentam a decomposição detalhada dos custos por blocos ou itens, torna-se inviável a adequada discriminação das parcelas que compõem o valor global estimado.

Adicionalmente, destaca-se que a Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) não dispõe, em seu quadro funcional, de equipe técnica especializada — como contadores ou economistas — apta a realizar tal detalhamento com a precisão exigida. Ressalta-se ainda que não houve disponibilização de capacitação específica ou normativas complementares que orientem de forma objetiva o correto preenchimento da referida planilha.

Por fim, cumpre informar que a planilha de custos detalhada deverá ser devidamente preenchida pela empresa classificada em primeiro lugar, por ocasião da apresentação de sua proposta final, conforme prática adotada nos procedimentos licitatórios e em conformidade com a regulamentação aplicável.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INTERESSE

Ao Município de Cascavel/PR

Ref.: Licitação [Número do certame]

Item: _____

Eu, [Nome completo], representante legal da empresa [Nome da empresa], inscrita no CNPJ sob o nº [Número do CNPJ], com sede em [Endereço completo], venho, respeitosamente, manifestar nosso interesse em [compor o cadastro reserva para fornecimento **OU** assumir o remanescente do contrato], nos termos da referida licitação, conforme alternativa escolhida abaixo:

☐ Tenho interesse em fornecer nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive em relação à marca, modelo e valor.

☐ Tenho interesse em fornecer nas minhas condições e, para tanto, ofereço o valor de R\$ XX,XX, observada a classificação do certame.

Dessa forma, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos e providências necessárias.

Atenciosamente,

[Local e Data]

[Nome do representante legal]

[Cargo]

[Nome da empresa]

[Contato]

**RESOLUÇÃO Nº74/2024-PGM**

Súmula: Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra, exceto Serviços Comuns de Engenharia

O **PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no exercício das atribuições legais e regulamentares definidas na Lei nº 6.792/2017, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprova a Minuta Padronizada de Contrato para Contratação de Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra, exceto Serviços Comuns de Engenharia.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Cascavel, 26 de março de 2024.

EDSON
ZOREK:02756516902

Assinado de forma digital por
EDSON ZOREK:02756516902
Dados: 2024.04.01 17:22:32
-03'00'

Edson Zorek
Procurador-Geral do Município

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

Modelo de Termo de Contrato

Serviços sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-obra

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

(Processo Administrativo nº 41232/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CASCATEL/PR POR INTERMÉDIO DO MUNICÍPIO DE
CASCATEL E

O Fundo Municipal de Saúde de CascateL, com sede na Rua Pernambuco nº 1.900, na cidade de CascateL/PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.051.532/0001-22, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde **Sr. Ali Hassan Haidar**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 23.847-1 residente e domiciliado nesta cidade, por intermédio do Município de CascateL, neste ato representado pelo Prefeito do Município de CascateL, **Sr. Renato Silva**, brasileiro, portador da matrícula funcional nº 34.702-1, residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominados CONTRATANTE, e o(a), *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico nº .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de **Fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento, com comodato de 03 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio Gasoso, backup e interligação das Centrais de Oxigênio**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	------------	------------	----------------	-------------

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

			MEDIDA			
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado. *atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;*
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas
Divisão de Contratos

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

OU

5.2. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

MUNICÍPIO DE CASCAVEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Controladoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));*

9.23.1. *O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.*

9.24. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;*

9.25. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.25.1. *Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.*

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. As sanções administrativas são aquelas previstas no edital.

MUNICÍPIO DE CASCABEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.6. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Indenizações e multas.

MUNICÍPIO DE CASCATEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

MUNICÍPIO DE CASCADEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Departamento de Gestão de Aquisições Públicas

Divisão de Contratos

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cascavel/PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cascavel, PR, [dia] de [mês] de [ano].

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ALI HASSAN HAIDAR
SECRETÁRIO DE SAÚDE

MUNICÍPIO DE CASCADEL

RENATO SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: 1-

2-



12
1.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso I do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Objeto da futura contratação: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99,0%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento – UPAS com comodato de 3 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio gasoso backup e interligação das centrais de oxigênio.

A aquisição de oxigênio medicinal líquido é imprescindível para a manutenção das atividades assistenciais das UPAS, tratando-se de insumo essencial e insubstituível à assistência à saúde. O oxigênio é elemento vital para a manutenção do metabolismo celular e para a preservação das funções orgânicas, sendo indispensável ao suporte básico e avançado de vida.

Nas UPAS, o oxigênio medicinal é utilizado de forma contínua no atendimento a pacientes com insuficiência respiratória aguda ou crônica, em situações de emergência e urgência, bem como na administração de medicamentos por via inalatória, na prevenção e tratamento da hipóxia e no suporte ventilatório, inclusive em pacientes submetidos à ventilação mecânica invasiva ou não invasiva.

Em diversas patologias e condições clínicas, especialmente nas doenças pulmonares, cardiovasculares e em quadros infecciosos graves, torna-se necessária a administração de oxigênio em concentrações superiores à atmosférica (21%), como medida terapêutica fundamental para a adequada oxigenação tecidual e estabilização do quadro clínico do paciente.

Dessa forma, o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal líquido é condição indispensável para garantir a segurança, a qualidade e a continuidade da assistência prestada, sendo sua interrupção capaz de gerar risco iminente à vida dos pacientes atendidos nas UPAS. Assim, justifica-se plenamente a aquisição do referido insumo, por se tratar de necessidade básica,

permanente e essencial ao funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento.

2 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso II do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

2.1 REQUISITOS MÍNIMOS: qualidade e durabilidade do que se pretende adquirir, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa, mediante Pregão Eletrônico, haja vista tratar-se de serviços comuns. Conforme consta na Lei 14.133/21 artigo 6º, XIII - os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

2.1.1 Poderá participar desta licitação qualquer empresa capaz de atender as demandas de insumos e equipamentos mediante as especificações técnicas, estimativas de quantitativos e prazos.

2.1.2 Atender aos critérios de aceitação, de habilitação, requisitos técnicos e outras condições estabelecidas no Termo de Referência (TR).

2.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.1.4 Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma Compras Gov. (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste processo, prevalecerá o descrito neste processo, a ser considerando para fins de proposta ajustada.

2.2 Justificativa para não aplicação de cota para ME/EPP

Considerando que o objeto da contratação refere-se ao fornecimento de oxigênio medicinal, produto classificado como medicamento e sujeito a rigorosas normas sanitárias e técnicas, cuja produção, armazenamento, transporte e distribuição exigem infraestrutura especializada, logística dedicada e atendimento às exigências dos órgãos reguladores, especialmente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Considerando que o fornecimento de oxigênio medicinal envolve processos industriais específicos, transporte em caminhões-tanque criogênicos, armazenamento em tanques apropriados e abastecimento contínuo das Unidades de pronto atendimento, demandando elevada capacidade técnica, operacional e logística;

Considerando que, em processos licitatórios anteriores para fornecimento de oxigênio medicinal, verificou-se a predominância de participação de fabricantes e grandes distribuidoras, não sendo identificada a existência mínima de três fornecedores competitivos enquadrados como microem-

14
presas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente capazes de atender às exigências do objeto;

Considerando que a divisão do objeto em cotas ou a aplicação de exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte pode comprometer a competitividade do certame, restringindo a participação de fabricantes e distribuidores com maior capacidade técnica e logística, o que poderia resultar em prejuízo à Administração Pública, inclusive com risco de desabastecimento das Unidades de saúde;

A Administração entende que, no presente caso, a adoção de cotas reservadas ou tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte não se mostra vantajosa, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Dessa forma, aplica-se a exceção prevista no Decreto nº 8.538/2015 e na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente em seu art. 49, inciso III, que estabelece a não aplicação do tratamento diferenciado quando este não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

Adicionalmente, considerando a necessidade de padronização do fornecimento, garantia de continuidade do abastecimento e maior eficiência na gestão contratual, opta-se pela realização do certame em grupo único, evitando a fragmentação do fornecimento e garantindo economia de escala, segurança operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

2.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

2.3.1 O objeto da licitação possui natureza de serviço comum de fornecimento de oxigênio medicinal líquido, incluindo a disponibilização de infraestrutura associada, como tanques criogênicos, centrais de backup e interligações necessárias ao pleno funcionamento do sistema.

2.3.2 Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo Edital, por meio de especificações usuais de mercado, permitindo a contratação com base no critério de preço.

2.3.3 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

2.3.4 A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global mostra-se adequada, considerando que o objeto da contratação é composto por um conjunto de serviços e fornecimentos interdependentes, que devem ser executados de forma integrada por um único fornecedor, a fim de garantir a eficiência operacional, a segurança do sistema e a continuidade do abastecimento de oxigênio medicinal.

15
1

2.3.4.1 A divisão do objeto para fins de julgamento por item poderia comprometer a adequada execução contratual, ao possibilitar a contratação de múltiplos fornecedores para partes de um sistema que exige operação unificada, aumentando riscos operacionais, dificuldades de gestão e eventuais falhas no abastecimento.

2.3.4.2 O critério de menor preço global permite a avaliação conjunta de todos os custos envolvidos na prestação do serviço, incluindo fornecimento do insumo, instalação, manutenção dos equipamentos e garantia de abastecimento contínuo, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.3.4.3 Ressalta-se que serão exigidos no edital todos os requisitos técnicos, sanitários e operacionais necessários para garantir a qualidade do oxigênio medicinal fornecido, bem como a adequada instalação e funcionamento dos sistemas envolvidos, em conformidade com as normas aplicáveis.

2.3.5 Dessa forma, conclui-se que o critério de julgamento pelo menor preço global é o mais adequado para a presente contratação, pois assegura a contratação de solução integrada, reduz riscos à execução contratual e garante maior eficiência, economicidade e segurança no atendimento às necessidades das Unidades de Pronto Atendimento – UPAs.

2.4 VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.4.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5 DA SUBCONTRATAÇÃO:

2.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Entretanto, será admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato de Prestação de Serviços.

2.6 DA VISTORIA

2.6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h, podendo ser agendadas com as coordenadoras responsáveis de cada UPA (anexo I).

2.6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital,

estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

2.6.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

2.6.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

2.6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

2.7 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Para esta contratação, deverá a empresa interessada apresentar:

2.7.1 Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, expedida pelo Departamento de Vigilância Sanitária do município sede da licitante, devidamente atualizada, autorizando exercer atividades de comercialização e ou fabricação do objeto licitado/cotado; caso o Alvará Sanitário da licitante não apresente o ramo da atividade compatível com o objeto cotado, deverá a licitante apresentar Alvará de localização a fim de comprovar que a mesma está apta/autorizada a comercializar/fabricar o objeto cotado;

2.7.2 Publicação no Diário Oficial da União da Autorização de Funcionamento da empresa licitante junto ao Ministério da Saúde – ANVISA. Apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para fabricação e/ou envasamento de gases medicinais; e apresentar a Autorização de Funcionamento emitida pela ANVISA (AFE) para a distribuidora (comércio atacadista) de produtos para saúde. Na hipótese da licitante estar em processo de renovação da autorização é necessário o envio da publicação anterior e o protocolo de solicitação de acordo com a RDC 16/2014 ART. 20º. (Essa RDC é exclusiva para a renovação de AFE de gases medicinais. De acordo com a lei nº 13.043 de 13 de novembro de 2014, a AFE de produtos para a saúde não tem mais vencimento). No caso de distribuidora/revendedora de gases medicinais, esta deverá apresentar a documentação do fabricante/engasadora, a qual a mesma representa, bem como declaração que ateste o fornecimento do produto a distribuidora/revendedora, garantindo assim a qualidade do produto fornecido.

2.7.3 Em relação à apresentação da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e da Licença Sanitária, informamos que tais documentos devem ser exigidos, considerando que o oxigênio medicinal, nas formas líquida ou gasosa, é classificado como medicamento, de-

17
11

vendo atender às disposições da legislação sanitária vigente da ANVISA aplicável aos gases medicinais, incluindo as Boas Práticas de Fabricação de medicamentos e normas complementares. Dessa forma, o fabricante deve possuir a AFE e Licença Sanitária vigente. No caso de distribuidora, é obrigatória a apresentação da Licença Sanitária vigente.

2.7.4 Atestado de capacidade técnica: comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto da presente licitação, qual seja, o fornecimento de oxigênio medicinal líquido, no quantitativo mínimo de 70.000 m³, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

2.8 DA SUSTENTABILIDADE

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, com intuito de dar ênfase nas compras sustentáveis e realizadas pelo Município de Cascavel, torna-se necessário as empresas licitantes atuarem na promoção da Sustentabilidade Ambiental, Social e econômica, conforme a seguir:

2.8.1 Sustentabilidade Ambiental

2.8.1.1 Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis.

2.8.1.2 A CONTRATADA deve adotar na retirada de resíduos, prática de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

2.8.1.3 Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

2.8.1.4 Os resíduos devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize material reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

2.8.1.5 Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber.

2.8.1.6 Observar a Resolução CONAMA nº 237/1997 e Decreto Municipal nº 12.506/18.

2.8.2 Sustentabilidade Social

2.8.2.1 A sustentabilidade social se refere a um conjunto de ações que visam melhorar a qualidade de vida da sociedade. Estas ações visam garantir acesso aos serviços de saúde diminuindo a desigualdade social e garantindo a todos sem distinção de raça, cor ou

gênero o acesso aos serviços essenciais de saúde.

2.8.2.2 Deve ser priorizado no emprego do serviço licitado, materiais, equipamentos de origem local, para a execução e manutenção.

2.8.2.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços, buscando evitar acidentes de trabalho.

2.8.3 Sustentabilidade Econômica

2.8.3.1 Os serviços deverão ser planejados e executados visando à economia da manutenção e operacionalização, na redução do consumo de energia, bem como na utilização de equipamentos e materiais, que reduzam o impacto ambiental.

3 CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS.

Fundamentação: O catálogo eletrônico de padronização constitui ferramenta informatizada, disponibilizada e gerenciada pela Administração Pública Direta Municipal, com indicação de preços, destinado a permitir a padronização de itens a serem contratados pela Administração e que estarão disponíveis para a licitação ou para contratação direta. (inciso II do §.1º do art. 19 da Lei 14.133/2021 e Portaria 0107/2023 - SEPLAG.)

No que refere ao catálogo eletrônico de padronização, como o Município ainda não possui a ferramenta, foi realizada consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao>, consultando o catálogo eletrônico do Governo Federal, e verifica-se que o mesmo somente possui os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Assim, não atendendo ao objeto desta aquisição, estando justificada a sua não utilização.

4 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e inciso III do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

4.1 Soluções existentes no mercado:

Para a presente contratação, realizou-se levantamento de mercado com o objetivo de identificar soluções disponíveis que atendam à demanda de fornecimento de oxigênio medicinal líquido para atendimento das Unidades e Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

O oxigênio medicinal líquido é amplamente comercializado no mercado nacional por empresas especializadas na produção e distribuição de gases medicinais, sendo considerado um insumo essencial para o suporte terapêutico de pacientes em diversas condições clínicas, especialmente em atendimentos hospitalares, urgência e emergência.

19

Durante o levantamento de mercado, verificou-se a existência de diversos fornecedores que atuam na produção e distribuição deste insumo, incluindo empresas de grande porte com ampla capacidade logística e tecnológica, tais como:

- White Martins
- Air Liquide
- IBG – Indústria Brasileira de Gases

Essas empresas atuam no fornecimento de gases medicinais para estabelecimentos de saúde públicos e privados, oferecendo soluções que incluem produção, transporte, instalação de tanque criogênico, manutenção dos equipamentos e abastecimento periódico do oxigênio líquido.

Observou-se também que o modelo de contratação mais utilizado pela Administração Pública consiste no fornecimento continuado do oxigênio medicinal líquido com disponibilização de tanque criogênico em regime de comodato, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos necessários ao armazenamento e distribuição do gás.

Assim, constata-se que há ampla disponibilidade de fornecedores no mercado capazes de atender à demanda da Administração, garantindo competitividade ao processo licitatório e viabilidade para a contratação pretendida.

4.2 Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

A escolha pela contratação do fornecimento de oxigênio medicinal líquido, com disponibilização de tanque criogênico e equipamentos necessários ao armazenamento e distribuição do gás, mostra-se a solução mais adequada para atender à demanda das Unidades e Serviços de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde.

Durante o levantamento de mercado, verificou-se que o fornecimento de oxigênio medicinal líquido, armazenado em tanque criogênico instalado na unidade de saúde, apresenta vantagens operacionais e econômicas quando comparado ao fornecimento por meio exclusivo de cilindros. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- **Maior autonomia de abastecimento**, reduzindo a necessidade de trocas frequentes de cilindros;
- **Maior segurança operacional**, com sistema de armazenamento adequado e monitoramento do nível de oxigênio;
- **Melhor custo-benefício**, especialmente em Unidades com consumo contínuo e elevado do insumo;
- **Redução de riscos logísticos**, uma vez que o reabastecimento é realizado diretamente no tanque instalado;

- **Garantia de continuidade do serviço**, evitando interrupções no fornecimento do oxigênio medicinal.

Ademais, o modelo de fornecimento com tanque criogênico em regime de comodato, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, é amplamente adotado em contratações públicas e privadas no setor de saúde, sendo ofertado por empresas especializadas no fornecimento de gases medicinais, como a White Martins, a Air Liquide e a IBG – Indústria Brasileira de Gases, entre outras atuantes no mercado.

Diante disso, conclui-se que a solução escolhida atende de forma eficiente às necessidades da Administração Pública, garantindo segurança no armazenamento, continuidade no fornecimento e adequada assistência aos pacientes atendidos pela rede pública de saúde.

4.3 Contratações similares

Realizando uma pesquisa no Portal da Transparência do Município referente a contratação de empresa terceirizada pelo Município de Cascavel, foi constatado que é uma prática do Município realizar a Contratação de empresa especializada para fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido, a exemplo do Pregão Eletrônico 95/2021, tendo em vista que o processo foi renovado nos anos subsequentes a fim de atender a necessidade da Rede de Saúde do Município.

4.4 Contratação anterior

Em análise à contratação anterior, referente ao Pregão Eletrônico nº 95/2021, que possui objeto semelhante ao pretendido neste processo e foi realizada para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, verificou-se que a finalidade da licitação foi plenamente atendida. Durante a execução contratual não foram identificadas inconsistências relevantes quanto ao processo de seleção da empresa vencedora, tampouco quanto à execução do objeto contratado, evidenciando que o modelo de contratação adotado mostrou-se adequado para o atendimento das necessidades da Administração.

5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º e inciso IV do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

5.1 Conforme descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada será responsável em disponibilizar os serviços de fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99,0%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento – UPAS com comodato de 3 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio gasoso backup e

21
interligação das centrais de oxigênio. O prazo para início da execução contratual será de 5 dias úteis a partir do recebimento da Nota de Empenho.

5.2 Para a execução do serviço a empresa deverá atender as condições estabelecidas abaixo para cumprimento do contrato firmado:

5.3 A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, bem como às exigências relativas à localização e às condições do ambiente destinadas à instalação, em conformidade com a Resolução RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de 21 de fevereiro de 2002, atualizações e demais normas aplicáveis. Portanto, caberá à empresa contratada fornecer os equipamentos e insumos nas apresentações e especificações estabelecidas no Edital.

5.4 A contratada deverá assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com o fornecimento dos produtos.

5.5 Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da Contratada, devidamente registrado no CREA.

5.6 A contratada deverá fornecer e instalar Tanques Criogênicos, com capacidade mínima de 5.000 m³ e máxima de 7.000 m³ (de acordo com a necessidade de cada local), evaporadores e demais acessórios componentes do sistema, em cada Unidade de Pronto Atendimento – UPAS Brasília, Veneza e Tancredo Neves, conforme relação de endereços contida no Anexo I, totalizando 3 (três) Unidades, sem custos ao contratante;

5.7 A contratada deverá fornecer o oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% por meio de Entregas Automáticas com logística integrada 24 horas atendendo às reais necessidades das Unidades de Pronto Atendimento, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

5.7.1 A contratada deverá fornecer, a cada reabastecimento do tanque criogênico, o Certificado de Análise do lote do oxigênio medicinal líquido fornecido, emitido pelo fabricante ou fornecedor, comprovando que o produto atende às especificações técnicas e ao grau de pureza mínimo de 99,0%, conforme normas sanitárias e regulamentações aplicáveis.

5.8 A contratada será responsável pelo acompanhamento do consumo de oxigênio de cada UPA e identificação do nível ideal de reabastecimento, de forma a não deixar o oxigênio dos tanques criogênicos se esgotarem, utilizando-se de telemetria. Caso ocorra o desabastecimento de Oxigênio em alguma Unidade, a contratante notificará a contratada e aplicará as sanções cabíveis;

5.9 A contratada deverá comunicar previamente à unidade solicitante a data e o horário

previstos para realização do abastecimento em cada Unidade de Pronto Atendimento – UPA com 48 horas de antecedência.

5.9.1 Especificamente em relação à UPA Brasília, o abastecimento DEVERÁ ocorrer EXCLUSIVAMENTE em dias úteis, considerando a necessidade de acompanhamento da Autarquia Municipal de Mobilidade, Trânsito e Cidadania (TRANSITAR), em razão da organização e direcionamento do fluxo da via durante a operação de abastecimento.

5.10 O fornecimento dos tanques criogênicos, suas instalações e adequações nas Centrais de Oxigênio Backup das UPAS, será de total responsabilidade da contratada. As infraestruturas instaladas para conectar os tanques criogênicos às Centrais de Oxigênio passarão a pertencer ao contratante, devendo compor os custos da contratada. A instalação requerida deverá ser interligada à rede backup, testada a fim de que previna qualquer eventualidade e liberada para uso.

5.11 Os cilindros e conectores deverão ser fixados por suporte e ou cintas devidamente ajustadas e presas à parede, visando preservar a integridade dos cilindros e da operação. No local deverá ser instalada placa de sinalização normativa.

5.12 Deverão ser fornecidos treinamentos sobre o sistema operacional observando-se Manual Técnico Operacional e a contratada deve se comprometer a fornecer 2 (duas) vias deste Manual à Administração logo após a instalação e execução do treinamento. O treinamento inicial deverá ser executado em até 7 dias após a conclusão da instalação e início da operação. No local da instalação deverá ser fixada etiqueta ou placa contendo informações referentes aos telefones (fixo, celular e 0800) de modo a facilitar o contato para o pronto atendimento.

5.13 A contratada deverá disponibilizar contato telefônico válido e ativo para atendimento em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, destinado ao atendimento de situações emergenciais relacionadas ao fornecimento ou ao sistema de oxigênio.

5.14 Cabe a contratada a responsabilidade técnica referente à execução do serviço de instalação, bem como responsabilidade frente ao produto entregue, de forma que atendam todas as regulamentações de segurança e regulamentações vigentes estipuladas pela ANVISA, no que tange à aplicabilidade do produto como medicamento.

5.15 Para assegurar a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e evitar qualquer risco de desabastecimento, a transição entre o prestador atual e a futura contratada deverá ocorrer de forma planejada e coordenada.

5.16 A CONTRATANTE promoverá o agendamento conjunto entre as partes envolvidas, de modo que a desinstalação do sistema atualmente em uso e a instalação do novo sistema ocorram na mesma data.

5.17 Caberá à futura CONTRATADA garantir a continuidade do abastecimento, devendo, para tanto, disponibilizar previamente sistema de suprimento reserva (backup), em quantidade e capacidade suficientes para atender integralmente a demanda das Unidades até a plena entrada em operação do tanque criogênico definitivo.

5.17.1 Os cilindros de backup disponibilizados para garantia da continuidade do abastecimento durante o período de transição terão seu consumo remunerado pela CONTRATANTE, conforme item específico deste processo licitatório.

5.17.2 O pagamento ocorrerá apenas sobre os volumes efetivamente utilizados durante o período de transição, mediante comprovação de consumo.

5.17.3 Na hipótese de a atual prestadora de serviço sagrar-se vencedora do certame, não haverá necessidade de transição, não sendo aplicável, portanto, a utilização e remuneração prevista para os cilindros de backup exclusivos para transição (item 2).

5.17.4 Esclarece-se que os cilindros de backup disponibilizados para o período de transição possuem caráter excepcional e não se confundem com o sistema de suprimento reserva (backup) exigido para a execução regular do contrato.

5.17.5 O sistema de backup permanente, necessário à garantia da continuidade do fornecimento durante toda a vigência contratual, constitui obrigação da CONTRATADA e deverá estar incluído na proposta comercial, não sendo objeto de pagamento adicional pela CONTRATANTE.

5.17.6 Dessa forma, somente os cilindros de backup utilizados exclusivamente no período de transição serão passíveis de remuneração, conforme item específico deste processo licitatório.

5.17.7 O quantitativo estimado para utilização de cilindros de backup durante o período de transição foi definido com base no maior consumo diário das unidades, projetado para o período de até 30 (trinta) dias. Caso haja necessidade de utilização de volumes superiores ao estimado, em decorrência de prorrogação do prazo de transição por responsabilidade da CONTRATADA, o ônus referente ao excedente será integralmente suportado pela futura CONTRATADA, não sendo passível de remuneração adicional pela CONTRATANTE.

5.18 A eventual interrupção no fornecimento será considerada falha grave na execução contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.

24
1

5.18.1 Ressalta-se que o fornecimento dos objetos não poderá sofrer qualquer interrupção durante o período de transição. Os tanques criogênicos e os cilindros de backup atualmente instalados somente poderão ser retirados das Unidades de Pronto Atendimento (UPAS) após a efetiva implantação e pleno funcionamento dos novos equipamentos pela CONTRATADA, garantindo-se, assim, a continuidade do fornecimento de oxigênio medicinal, insumo essencial à assistência à saúde, sem qualquer descontinuidade.

5.19 A instalação dos 03 (três) tanques, adequações das Centrais Backup e baterias de Cilindros Backup (reserva), evaporadores e demais acessórios deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da emissão do empenho, em local definido pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.20 A sequência de instalação nas UPAS será estabelecida em reunião a ser realizada entre o contratante e a contratada (preposto).

5.20.1 Se necessário, a empresa vencedora será responsável pela construção da base do tanque, tendo em vista que atualmente já existe uma base para o tanque em uso, sendo que a base será construída em função da capacidade do tanque.

5.20.2 A empresa vencedora também será responsável, se necessário, pelas demais construções que visam à regulamentação e adequação do tanque de oxigênio líquido às normas previstas na NBR 12188.

5.20.3 Todas as edificações que forem construídas pela empresa vencedora farão parte, definitivamente, do patrimônio da Prefeitura Municipal, não cabendo nenhuma indenização.

5.21 O início do fornecimento se dará a partir da instalação, pela CONTRATADA, do primeiro tanque criogênico, bem como da realização das adequações necessárias na Central de Oxigênio de uma das 3 (três) UPAS, observando-se os requisitos técnicos e de segurança aplicáveis, em conformidade com a Resolução RDC nº 50/2002, com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente a ABNT NBR 12188:2016, bem como demais normas pertinentes relativas a gases medicinais e instalações em estabelecimentos assistenciais de saúde, incluindo as regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária aplicáveis ao tema, tais como a Resolução RDC nº 870/2024 e a Instrução Normativa nº 301/2024, além da Norma Regulamentadora nº 13 e suas atualizações, ou outras que venham a substituí-las.

5.22 A contratada deverá assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou

material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Licitadora ou a terceiros, quando da realização do objeto desta licitação.

5.23 Caberá a contratada a viabilização da instalação completa das centrais, bem como as integralizações do tanque criogênico à Central de Oxigênio e a realização das adequações que se fizerem necessárias à nova central, visando garantir o adequado fornecimento do Oxigênio.

5.24 A continuidade do contrato se dará por meio de entregas automáticas de oxigênio líquido medicinal, assistida por sistema de monitoramento eletrônico (telemetria) dos níveis dos tanques com logística integrada de 24 horas e serviços de assistência técnica 24 horas.

5.24.1 Os serviços serão operacionalizados 24 horas por dia, estando previstos o fornecimento de oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% através de entregas Automáticas com logística integrada 24 horas;

5.25 As despesas com as instalações e manutenções, incluindo reparos e fornecimento de todas as quaisquer peças e acessórios caso necessitarem ocorrerão por parte da empresa. Os produtos deverão ter garantia contra defeitos de fábrica e obedecerem às exigências e normas de fabricação e de comercializações instituídas pela ABNT e/ou pelas respectivas Agências/Órgãos Oficiais reguladores e fiscalizadores, bem como suas retiradas após o término do contrato. As retiradas dos tanques não implicarão quaisquer tipos de ônus para o Município de Cascavel.

5.26 A contratada deverá responsabilizar-se pelas suas manutenções preventivas e corretivas durante a vigência do Contrato, bem como fornecer as dimensões internas dos tanques e tabela de conversão relacionando a pressão diferencial com volume contido no tanque.

Das manutenções:

5.27 Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas da Unidade do tanque de armazenamento, da central de reserva de oxigênio medicinal e das infraestruturas instaladas para conectar os tanques criogênicos às Centrais de Oxigênio devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto de oxigênio;

5.27.1 Manutenção preventiva: Deverá ser realizada a cada 3 (três) meses, em dias úteis e em horário comercial, com emissão de laudo técnico. As manutenções deverão ser previamente programadas em comum acordo, de modo a não interferir

no funcionamento das Unidades de Pronto Atendimento – UPAS.

5.27.2 Manutenção corretiva: O atendimento aos chamados referentes à necessidade de manutenção técnica corretiva deverá ser realizado no prazo máximo de **3 (três) horas**, contadas a partir da comunicação efetuada pelo Contratante, por escrito ou por telefone. Deverão ser registrados o dia, a hora e o nome da pessoa que recebeu a comunicação. O serviço de manutenção corretiva deverá permanecer **disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia**, durante todos os dias da semana, devendo a Contratada, após a realização do atendimento, emitir laudo técnico da manutenção realizada.

5.27.3 Na eventualidade de quebra de manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento dos gases medicinais contratados. O fornecimento deverá ter o mesmo valor daquele fixado em contrato, independente da solução adotada pela contratada, sem ônus adicional ao Contratante;

5.27.4 Durante as manutenções os técnicos da contratada deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da contratada providenciar tais dispositivos;

5.27.5 Qualquer procedimento de manutenção do tanque criogênico ou da Central de Reserva (backup) de cilindros não poderá interromper o suprimento de gases das UPAS. Assim sendo, a contratada deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções no fornecimento aos pacientes.

5.27.6 A manutenção preventiva definida anteriormente deve consistir de:

5.27.6.1 Realizar a manutenção corretiva de qualquer equipamento de sua propriedade, tanques criogênicos, central de suprimento de cilindros e equipamentos/materiais complementares a esses sistemas, inclusive com o fornecimento e troca imediatos das peças necessárias para o seu perfeito funcionamento, sem restrição ou limitação de chamadas, horário ou total de horas e sem ônus adicionais ao Contratante;

5.27.6.2 Efetuar a aferição e a calibração de equipamentos tais como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores.

5.27.6.3 Em casos de impossibilidade de reparo dos equipamentos em comodato a Contratada deve efetuar imediatamente a troca do equipamento por outro similar sem nenhum ônus adicional ao Contratante, inclusive quanto às perdas de gases decorrentes da respectiva.

5.27.6.4 A instalação, manutenção preventiva e corretiva relacionada à

27
1.

Central Reserva (Backup) de Cilindros, que garantam o adequado funcionamento desta dentro dos padrões operacionais da empresa, terão todos os custos sob a responsabilidade da contratada.

5.27.7 A contratada é responsável pelo transporte de insumos necessários à manutenção até a sede da Unidade para efetiva realização do conserto;

5.28 A estimativa de quantidade aplicada ao contrato considera a possibilidade de ampliação dos serviços, bem como aumento significativo da demanda em períodos sazonais ou emergenciais, sendo assim a contratante realizará o pagamento condicionado ao consumo em m³, não sendo obrigatório à contratante efetivar o consumo total do quantitativo previsto no contrato. Destaca-se que os serviços de urgência e emergência podem passar por ampliação durante a vigência do contrato.

5.29 O fornecimento de oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0% por tanques criogênicos deverá estar em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes. O sistema deverá ser composto por unidade de suprimento primário (tanque criogênico) e unidade de suprimento reserva (central de cilindros), fornecidas pela contratada, garantindo a continuidade do abastecimento em caso de falha do sistema primário.

5.29.1 O suprimento reserva bateria de cilindros, deve ser do mesmo fornecedor do suprimento primário.

5.30 A contratada deverá responsabilizar-se pela reposição do conteúdo dos cilindros de gases medicinais instalados nas centrais de suprimento reserva e de emergência, visto que, estes gases somente serão utilizados para suprir eventuais falhas de fornecimento nos equipamentos instalados pela contratada, sem ônus adicionais ao contratante;

5.31 O suprimento reserva em cilindros, mesmo quando não for utilizado, deve ser submetido a inspeções trimestrais quanto ao conteúdo, pressão, quantidade, data de validade e fixação dos cilindros além das condições de operação e conservação geral.

5.32 A contratada deverá fornecer a Secretaria Municipal da Saúde 3 (três) Tanques Criogênicos estacionários e proceder à instalação dos tanques e a interligação com as Centrais Reserva (Backup) de cilindros, garantindo o fornecimento de oxigênio logo após o período de instalação.

5.33 Os tanques deverão ser fornecidos com seus respectivos evaporadores e demais acessórios como válvulas, manômetros, dispositivos de controle, etc.

5.34 A contratada deverá atender a todas as medidas de segurança necessárias à instalação dos equipamentos, bem como observar as normas vigentes relativas à localização e às condições do ambiente para instalação de sistemas de gases medicinais, em especial as disposições da RDC nº 50/2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e da NR 13 – Caldeiras, Vasos de Pressão e Tubulações, do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como suas atualizações.

5.35 Visando atender aos quesitos de segurança, será de responsabilidade da contratada a instalação de telas de proteção, restringindo o acesso aos tanques criogênicos estacionários e estruturas componentes.

5.36 A contratada deverá realizar treinamentos complementares sempre que solicitado pela contratante ou quando houver necessidade operacional.

5.37 Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da contratada, devidamente registrado no CREA, todos os equipamentos e ferramentas necessários para a instalação dos equipamentos deverão ser fornecidos pela contratada e a instalação deverá ser realizada pela mesma por meio de profissionais técnicos qualificados. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a contratada deverá entregar ao contratante toda documentação técnica e de segurança e fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.

5.38 A contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica referente à instalação de cada Tanque Criogênico, bem como assegurar a qualidade do Oxigênio Medicinal fornecendo ao Contratante, sempre que solicitado, documentação de controle de amostras que demonstrem tal qualidade com emissão de Certificado de Qualidade com assinatura do responsável técnico.

5.39 A Secretaria Municipal de Saúde não se responsabilizará por eventuais perdas do produto no decorrer da entrega, isto é, na passagem do Tanque do caminhão para o Tanque estacionário (reservatório), resfriamento do reservatório, etc. Todas as entregas deverão ser acompanhadas por funcionários designados pela Administração das UPAS Veneza, Brasília e Tancredo Neves.

5.40 A empresa vencedora deverá comparecer, sempre que solicitada à Sede da Unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações. O pagamento da nota fiscal estará condicionado à apresentação juntamente com a mesma, de ordem de serviços ou

29
1

documento equivalente emitido pela própria empresa, constando os produtos entregues mencionando o local de entrega.

6 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso V do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

6.1 O quantitativo para a prestação do serviço de fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido foi baseado numa média de consumo mensal dos últimos doze meses e calculado com adicional de 40% para continuidade do serviço pelo período aproximado de 12 meses, levando-se em consideração a necessidade das UPAS sendo tais quantitativos o ideal para atender a demanda das Unidades de Pronto Atendimento que apresenta sazonalidade e imprevisibilidade, abaixo memória de cálculo utilizada para a quantificação.

MÊS	ANO	QUANTIDADE MÉDIA DE CONSUMO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO EM M³
Janeiro	2025	8.146
Fevereiro	2025	7.098
Março	2025	11.309
Abril	2025	6.688
Maio	2025	9.077
Junho	2025	5.824
Julho	2025	14.450
Agosto	2025	9.445
Setembro	2025	5.892
Outubro	2025	6.173
Novembro	2025	9.467
Dezembro	2025	6.680
TOTAL ANUAL M³		100.249

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	QTDE	UND	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL PARA AS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S), INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS E INTERLIGAÇÃO DAS CENTRAIS DE OXIGÊNIO.	140.000	M³	R\$ 3,61	R\$ 505.400,00
2	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL EM CILINDROS DE 6 - 10 M³ - COM COMODATO DE CILINDROS. PARA USO EXCLUSIVO DURANTE A TRANSIÇÃO CONTRATUAL.	7.200	M³	R\$ 18,83	R\$ 135.576,00

6.2 Justificativa do Quantitativo estimado de consumo de oxigênio medicinal com comodato de Cilindros para as UPAS Veneza, Brasília e Tancredo Neves, para uso exclusivo durante a transição contratual.

O quantitativo estimado de consumo de oxigênio medicinal para as 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento – UPAS será de 7.200 m³, este quantitativo foi definido com base em critérios técnicos e históricos operacionais, visando assegurar o abastecimento contínuo e seguro, especialmente considerando a criticidade do insumo para suporte à vida.

Para a definição dos volumes estimados (m³), foram considerados os seguintes parâmetros:

- **Histórico de consumo das Unidades** com base em registros de fornecimento anteriores, permitindo aferir a média diária e mensal de utilização;
- **Perfil assistencial das UPAS** incluindo número médio de atendimentos diários, taxa de ocupação de leitos de observação e estabilização, bem como a complexidade dos casos atendidos;
- **Demanda por oxigenoterapia**, contemplando o uso em pacientes com insuficiência respiratória aguda, doenças crônicas descompensadas e demais condições clínicas que requerem suporte de oxigênio;
- **Capacidade instalada de pontos de consumo**, incluindo leitos, salas de emergência e equipamentos como ventiladores mecânicos e dispositivos de alto fluxo;
- **Margem de segurança operacional**, considerando variações sazonais (como períodos de maior incidência de doenças respiratórias) e eventuais picos de demanda;

Dessa forma, o quantitativo estimado para cada UPA foi calculado a partir da média de consumo mensal projetada, acrescida de margem de segurança, garantindo cobertura suficiente para atendimento contínuo, inclusive em situações adversas ou emergenciais.

Ressalta-se que, durante o período de transição, o consumo de oxigênio proveniente dos cilindros de backup será variável e dependerá da efetiva necessidade operacional, motivo pelo qual o

pagamento será realizado exclusivamente sobre os volumes efetivamente utilizados, mediante comprovação.

A estimativa individualizada por unidade busca assegurar maior precisão no planejamento, evitando tanto o desabastecimento quanto o superdimensionamento contratual, em observância aos princípios da eficiência e economicidade na Administração Pública.

Cronograma de entrega:

A continuidade do contrato se dará por meio de entregas automáticas de oxigênio líquido medicinal, assistida por sistema de monitoramento eletrônico (telemetria) dos níveis dos tanques com logística integrada de 24 horas e serviços de assistência técnica 24 horas.

7 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e inciso VI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A estimativa de preços ou preços referenciais será de R\$ 640.976,00 (seiscentos e quarenta mil, novecentos e setenta e seis reais), a fonte consultada para obtenção do valor atual foi a Nota de Empenho nº 22310/2025 originada do PE 95/2021, processo digital nº 33686/2021, valor que deverá ser devidamente ajustado a real necessidade, quando da finalização dos estudos.

8 JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

O parcelamento é, em regra, recomendado para objetos divisíveis, pois pode ampliar a competitividade e permitir a participação de empresas de menor porte, além de possibilitar eventuais reduções de custo. Contudo, o parcelamento não deve ser adotado quando houver risco de prejuízo à economia de escala, comprometimento da integração das soluções ou quando a execução conjunta do objeto se mostrar tecnicamente mais adequada.

No presente caso, após análise da viabilidade técnica, constatou-se a inviabilidade de parcelamento do objeto, uma vez que a contratação envolve o fornecimento contínuo de oxigênio medicinal líquido com pureza mínima de 99,0%, associado à disponibilização em comodato de tanque crio-

gênico, central de cilindros de oxigênio gasoso para sistema de backup e a interligação das centrais ao sistema existente.

Trata-se de infraestrutura integrada, cujo funcionamento adequado depende da responsabilidade de um único fornecedor quanto ao abastecimento, manutenção dos equipamentos, monitoramento do sistema e garantia da continuidade do fornecimento.

Nesse contexto, a eventual divisão do objeto poderia comprometer a integração do sistema, gerar conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos e aumentar o risco de descontinuidade no fornecimento de oxigênio medicinal, insumo essencial ao funcionamento das Unidades de saúde.

Dessa forma, a contratação por fornecedor único mostra-se tecnicamente mais adequada, garantindo maior segurança operacional, eficiência na gestão contratual e continuidade no abastecimento.

Assim, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a alternativa mais adequada e economicamente vantajosa para a Administração, assegurando a execução eficiente e segura da solução pretendida.

9 CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso VIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Informamos para os devidos fins que a Secretaria de Saúde não possui licitações correlatas vigentes.

10 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Fundamentação: Identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 12, inciso VII da Lei 14.133/21 e inciso IX do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG.)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob número de Intenção 332/2026 consta das informações básicas desse termo de referência.

11 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso X do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

A presente contratação tem como objetivo garantir o fornecimento contínuo de Oxigênio

Medicinal Líquido com pureza mínima de 99,0% para atendimento das Unidades de Pronto Atendimento – UPAS do Município de Cascavel/PR, contemplando ainda o comodato de 3 (três) tanques criogênicos, centrais de oxigênio gasoso de backup e a interligação das centrais de oxigênio, assegurando a adequada infraestrutura para armazenamento e distribuição do insumo. Com a implementação da solução proposta, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- Garantir o abastecimento contínuo e seguro de oxigênio medicinal, insumo indispensável para o suporte ventilatório e para a realização de diversos procedimentos clínicos nas Unidades de urgência e emergência;
- Assegurar a qualidade do insumo fornecido, com pureza mínima de 99,0%, em conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes;
- Reduzir riscos de desabastecimento, por meio da disponibilização de sistema de armazenamento adequado, com tanques criogênicos e centrais de backup, garantindo maior segurança operacional;
- Proporcionar maior eficiência na gestão do fornecimento e consumo do oxigênio medicinal, permitindo abastecimento programado e monitoramento adequado da capacidade instalada;
- Garantir suporte adequado aos profissionais de saúde, possibilitando a realização de atendimentos com maior segurança e qualidade;
- Assegurar a continuidade dos serviços assistenciais prestados à população, especialmente nos atendimentos de urgência e emergência realizados nas UPAS.

Assim sendo, a contratação contribui diretamente para a manutenção da qualidade, segurança e continuidade da assistência prestada na Rede Municipal de Saúde, atendendo às necessidades da Secretaria e garantindo melhores condições de atendimento aos usuários do sistema público de saúde.

12 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XI do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Para este processo não será necessário adotar nenhuma providência, visto que, os gestores e fiscais, já estão capacitados e possuem experiência com relação à gestão contratual.

13 IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras,

incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso XII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG)

O fornecimento de oxigênio medicinal líquido possui baixo impacto ambiental direto, entretanto exige cuidados quanto ao transporte e armazenamento em tanques criogênicos. A contratada deverá observar as normas ambientais e de segurança aplicáveis ao transporte de gases industriais e medicinais, bem como adotar medidas preventivas para evitar vazamentos, garantindo a integridade do sistema de armazenamento e distribuição do gás.

14 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21). Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (inciso XIII do art. 9 da IN 006/2023-SEPLAG).

Conforme as análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a contratação pretendida é tecnicamente e administrativamente viável, além de necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população.

Diante do exposto, considerando a necessidade permanente do insumo, a estrutura necessária para seu armazenamento e distribuição, bem como os benefícios operacionais e assistenciais da solução proposta, conclui-se pela viabilidade da contratação, atendendo ao interesse público e às necessidades da Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, continuidade do serviço público e atendimento ao interesse coletivo.

15 INDICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO.

- Cariane Renata Saldanha Fant Gonzatto – enfermeira, matrícula: 33.246-1;

- Mônica Grando Grutzmacher, Enfermeira, Diretora de Atenção à Saúde, matrícula 28.995-1;

16 INDICAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATO E FISCAIS

16.1 Gestores: será indicado em portaria própria

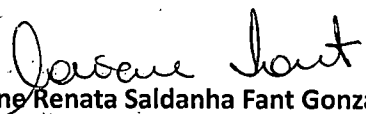
16.2 Fiscais:


Nome	Matrícula	Cargo/função
Luciana de Paula Pereira Nicaretta	35.202-1	Administradora Hospitalar

35
1.

Larissa Natália Fuga Guerrer	29.250-1	Fisioterapeuta
Iliane Ramos Siqueira Santana	29.652-1	Técnico de Enfermagem
Sandra de Cácia de Oliveira Nachtygal	25.843-1	Assistente Social

Cascavel/PR, 11 de março de 2026.


Cariane Renata Saldanha Fant Gonzatto
Gerente Divisão de Atenção a Urgência


Mônica Grando Grutzmacher
Diretora de Atenção à Saúde


Ali H. Hajdar
Secretário Municipal de Saúde

MAPA COMPARATIVO DOS PREÇOS PESQUISADOS -I.N. nº 002/2023 - SEPLAG) RC 1981/2026

ITEM	catmat	atendenet	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	QTDE	UND	PE 95/2021 - Cascavel PR	Banco de Preços 1	Banco de Preços 2	Contrato 138/2025 Foz do Iguaçu PR	média
1	479021	486778	FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO LÍQUIDO MEDICINAL PARA AS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA'S), INCLUINDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TANQUES CRIOGÊNICOS E INTERLIGAÇÃO DAS CENTRAIS DE OXIGÊNIO.	140.000	m³	R\$ 3,61	R\$ 3,71	R\$ 4,29	R\$ 3,15	R\$ 3,69
2	483539	562064	OXIGÊNIO GASOSO MEDICINAL EM CILINDROS DE 6 - 10 M³ - COM COMODATO DE CILINDROS. PARA USO EXCLUSIVO DURANTE A TRANSIÇÃO CONTRATUAL.	7.200	m³		R\$ 25,41	R\$ 28,03	R\$ 38,35	R\$ 30,60

Justificativa para a escolha da metodologia e desconsideração de valores

1. A Pesquisa de Preços foi realizada observando o disposto na Instrução Normativa SEPLAG de número 002/2023;
2. Priorizou-se a pesquisa em Banco de Preços, Paineis de Preços e Contratações Similares;
3. A metodologia utilizada para o cálculo do valor de referência foi a média aritmética dos preços pesquisados. No entendimento da Unidade, este foi o método que melhor representa a realidade do mercado, pois leva em consideração a média de valores obtidos entre Pregões de outros órgãos, Banco de Preços, Paineis de Preços e pesquisa direta com fornecedores.

Cascavel, 20 de março de 2026.


Alana Meira Reichert
 Matrícula: 33.593-2


Ali H. Haidar
 Secretário de Saúde

12



MUNICÍPIO DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Divisão de Gestão de Insumos
Portaria nº. 040/2026 - Secretaria de Saúde

66

Dispõe sobre a designação Gestores e Fiscais de Contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos, nos termos do Decreto Municipal nº 17872 de 24 de outubro de 2023.

O Gestor da Unidade Administrativa da Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no artigo 22 e artigo 26 do Decreto Municipal nº 17872/2023, resolve:

Designar os servidores abaixo denominados, para exercerem as funções e atribuições especificadas no Decreto Federal nº 17872/2023, de 24 de outubro de 2023, publicado em Diário Oficial do Município em 09 de novembro de 2023, Edição nº 3635, Caderno 01, Página 05 a 13, o qual "Regulamenta o disposto no § 3º do art.8º da Lei Federal nº 14.133 de 01º de abril de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta.", consoante a *Contratação de empresa especializada para fornecimento de Oxigênio Medicinal Líquido com pureza mínima de 99,0%, em atendimento as Unidades de Pronto Atendimento – UPAS com comodato de 3 tanques criogênicos, Centrais de Oxigênio gasoso backup e interligação das centrais de oxigênio*, iniciada pela *da Requisição ao Compras nº 1981/2026, Processo Digital nº 41232/2026*.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA	CARGO	ASSINATURA
Fiscal do contrato	Luciana de Paula Pereira Nicaretta	35.202-1	Administradora Hospitalar	
Fiscal Setorial UPA VENEZA	Larissa Natália Fuga Guerrer	23.250-1	Fisioterapeuta	
Fiscal Setorial UPA BRASÍLIA	Iliane Ramos Siqueira Santana	29.652-1	Técnico de enfermagem	
Fiscal Setorial UPA TANCREDO	Sandra de Cácia de Oliveira Nachtygal	35.957-1	Assistente Social	
Gestor de contrato	Silvana Machiavelli	18.589-1	Enfermeira	
Suplente de Gestor	Pâmela Cristina de Almeida Cruz	24.787-2	Administradora Hospitalar	

Cascavel, 20 de março de 2026.

Ali H. Haidar
Secretário de Saúde